



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO HUMANIDADES CAMPUS III  
CURSO DE HISTÓRIA

JOELMA IRINEU DOS SANTOS

MULHERES E MILITÂNCIA NA HISTORIOGRAFIA DA DITADURA MILITAR

GUARABIRA-PB  
2014

JOELMA IRINEU DOS SANTOS

MULHERES E MILITÂNCIA NA HISTORIOGRAFIA DA DITADURA MILITAR

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> : Dr.<sup>a</sup> Susel Oliveira da Rosa.

GUARABIRA-PB  
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237m Santos, Joelma Irineu dos  
Mulheres e militância na historiografia da ditadura militar  
[manuscrito] : / Joelma Irineu dos Santos. - 2014.  
22 p.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.  
"Orientação: Susel Oliveira da Rosa, Departamento de  
História".

1. Mulheres. 2. Militância. 3. Ditadura civil-militar. I.  
Título.

21. ed. CDD 981

JOELMA IRINEU DOS SANTOS

MULHERES E MILITÂNCIA NA HISTORIOGRAFIA DA DITADURA MILITAR

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup>. Susel Oliveira da Rosa.

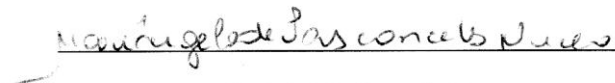
Aprovada em: 02/12/2014.

BANCA EXAMINADORA



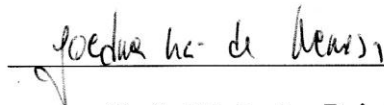
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Susel Oliveira da Rosa (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mariangela Nunes

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Joedna Reis Meneses

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## SUMÁRIO

Introdução-----	09
A Participação Militante das Mulheres-----	11
A discriminação presente em ambos os lados-----	14
Mulheres: a tortura e a “vida que se pode deixar morrer”-----	16
Conclusão-----	20
Referências Bibliográficas-----	22

Ao meu pai João Batista (*in memoriam*),  
pelo amor, proteção e pelo seu desejo de ver-  
me graduada. Mesmo que não esteja presente,  
sei que olhas por mim, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus que é a base de tudo. Aos meus familiares nas pessoas de: Lilita (sogra), Valter (sogro), Aline (cunhada), Adriano (irmão), que me ajudaram direta ou indiretamente na conclusão deste trabalho, seja como ouvinte ou mesmo sugerindo ideias e tendo paciência comigo.

Ao meu companheiro João Batista que em todos os momentos esteve do meu lado dando força moral para o êxito do meu trabalho e aos meus filhos Júlia e João Rafael, que ao seu modo ajudaram-me com amor e carinho na hora necessária.

As amigas: Elizabete, Jocikelly, Juliana presentes em todos os momentos da minha vida, as quais amo e agradeço pela amizade. E aos colegas da turma 2010.2.

Aos meus professores do Curso de História, todos sem exceção acrescentaram muito ao meu ser pessoal e profissional. Especialmente a Susel Oliveira da Rosa pela paciência e dedicação, orientação, a qual tenho uma imensa admiração e afeto.

## MULHERES E MILITÂNCIA NA HISTORIOGRAFIA DA DITADURA MILITAR

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo relatar a experiência e participação das mulheres que combateram a ditadura civil-militar no Brasil, invocando suas memórias buscando entender o papel que estas desempenharam contra o sistema opressor. Demonstrando que ao romper com as normas tradicionais de conduta através de sua ativa atuação nos movimentos revolucionários elas propuseram progressivamente um novo olhar na forma de se pensar o feminino, de tal maneira que os espaços de atuação e representação das mulheres se ampliaram. Através das análises feitas por Rago, Rosa, Colling e pelos relatos retirados do livro Brasil: Nunca Mais.

**Palavras-Chave:** Mulher, Militância, Ditadura civil-militar



## **ABSTRACT**

This article aims to report the experience and participation of women who fought the civil-military dictatorship in Brazil, invoking memories seeking to understand the role they played against the oppressive system. Demonstrating that the break with traditional standards of conduct through its active participation in the revolutionary movements they progressively proposed a new look in the form of thinking the feminine, so that the spaces of action and representation of women widened. Through the analyzes by Rago , Pink, Colling and the reports taken from the book Brazil : Never Again .

**Keywords:** Women, Militancy, civil-military dictatorship

## INTRODUÇÃO

Por um período amplo na história mundial as mulheres, as mulheres tiveram os seus corpos e suas mentes moldados segundo padrões machista. No Brasil na década de 60/70 estes padrões eram intensos. No decorrer do processo histórico tais corpos e mentes foram massacrados por diversos discursos que proferidos contra eles foram inserindo signos que degradaram a sua imagem. Afinal, visto como frágil, ou usado apenas para procriação, o corpo feminino sequer tinha o direito de sentir prazer. Quando criança, a menina deveria ser educada para ser uma boa dona de casa, a começar pelas brincadeiras, as bonecas, os brinquedos em formato de utensílios domésticos, são elementos que aos poucos iam moldando os seus comportamentos no âmbito privado do lar. Mas do que isso, esses elementos além de “domesticar” o corpo feminino injetavam nele um papel de submissão perante a figura masculina, essa representada na infância pela presença paterna (o chefe da casa), e posteriormente na fase adulta pela figura do marido e dos filhos.

Sem vez e voz, as mulheres estiveram presas a um paradigma construído por uma sociedade patriarcal, que tinha como intuito ditar um conjunto de normas de conduta para elas. Romper com esse paradigma, requeria tempo, paciência e uma dosagem enorme de coragem. Na década de 1960, sobretudo após e durante o Golpe Militar de 1964, várias mulheres de diversas classes sociais, pegaram em armas, em faixas, participaram de reuniões secretas, e de movimentos públicos contra a ditadura. Essas mulheres militantes lutavam por um Brasil democrático, um país em que o direito de se expressar fosse respeitado, nem que para isso elas tivessem que morrer, que perder suas liberdades, suas identidades, tivessem os seus corpos massacrados e sua moral manchada por um governo autoritário. E no final das contas terminassem numa vala qualquer, sem direito a um nome, a uma lágrima, ou a uma prece.

É a respeito dessas mulheres militantes que me propus a falar nesse artigo, utilizando de suas memórias para contar o que aconteceu com elas durante a ditadura civil-militar. São memórias marcadas por traumas, falas interrompidas por silêncios, lembranças escondidas por

um passado insistente em querer ficar no esquecimento. De acordo com o sociólogo Michael Pollak (1989), o silêncio não deve ser entendido como uma falta de memória, mas sim pela impossibilidade de traduzir em palavras determinados fatos no contexto político de violência e opressão vivenciadas, ou experiências traumáticas que ao recordar traga sofrimento ao indivíduo. Além das memórias dessas militantes, também analisarei o lugar social que essas mulheres ocupavam na sociedade brasileira nos anos 1970. Para só assim entender que não foi só o governo ditatorial que elas estavam combatendo, mas todo um estereótipo que estava impregnado no seu corpo. O preconceito não vinha exclusivamente dos militares aos quais elas combatiam, mas também dos seus companheiros de luta – companheiros que lutavam por um país democrático e igualitário para todos, no entanto ainda pensavam que o “verdadeiro” lugar das mulheres era no lar servindo com obediência seu marido e filhos. Essa “colonização” do corpo feminino por parte dos seus companheiros militantes se dava de forma sutil, sendo camuflada por uma ideologia democrática que resultou na desconfiguração do corpo feminino, que seria na perspectiva da historiadora Susel Oliveira da Rosa (2013), uma dessexualização do corpo dessas militantes.

Além de terem os seus corpos dessexualizados, essas mulheres ainda carregavam as marcas do Golpe de 1964. São cicatrizes espalhadas pelos seus corpos, sinais que traduzem a violência pela qual elas foram submetidas nas prisões – acusadas de comunistas, ou de subversivas foram consideradas inimigas número um do Estado.

Portanto, minha pretensão nesse trabalho é trazer a tona às histórias dessas mulheres guerreiras que combateram a ditadura civil-militar no Brasil. Ao invocarmos suas memórias abrimos espaço para que elas nos contem o que vivenciaram dentro dos presídios. E o papel que elas desempenharam na luta contra a opressão ditatorial.

## **A participação militante das mulheres**

(...) num meio no qual as formas sociais, as atividades profissionais e as expressões artísticas haviam sido moldadas pelos homens, a expressão feminina não seria nada fácil. (Georg Simmel apud Rago, 2013)

Abril de 1964, os militares derrubam o presidente João Goulart e assumem o comando do Brasil. A partir de então a sociedade brasileira torna-se um estado de exceção organizado pelos militares. “Estas forças armadas se prepararam seriamente para combater qualquer espécie de revolta popular contra o regime imposto pelo direito da força” (ARNNS, Dom Paulo Evaristo. Brasil: Nunca Mais, Petrópolis-RJ, Editora Vozes Ltda, 1985, p.72) com todo uma aparato de repressão e controle dos cidadãos principalmente aqueles que iam contra o sistema repressor; os militantes de esquerda: líderes sindicalistas, estudantes, intelectuais.

Em meio a esses militantes políticos soma-se a participação de militantes do sexo feminino. Jovens mulheres estudantes e universitárias que se inserem nos movimentos políticos de protesto. Apesar do poder masculino sobre o sexo feminino que ainda perdurava nesse período, das normas machistas da época onde as jovens eram educadas para a virgindade, o casamento, a maternidade e os cuidados com a família e para a passividade e o silêncio, deste padrão de feminilidade determinado pelas normas de conduta para o sexo feminino elas ousaram adentrar ao universo público, burlaram este paradigma inserindo-se na vida política do Brasil. Lutando lado a lado com seus companheiros de militância do sexo masculino as mulheres participaram ativamente nos protestos contra o Estado Ditatorial.

Os ideais do movimento feminista estavam presentes no discurso das militantes, as quais seguindo essa linha engajaram-se na luta para libertar seus corpos da colonização masculina, fugindo de um destino predestinado por uma sociedade patriarcal machista. As militantes cada qual ao seu modo romperam com os padrões tradicionais de conduta imposto as mulheres. Em busca de um país democrático essas desbravadoras como são nomeadas por Rago (2013, p.) que sem temer, defenderam (e defendem) seus ideais mesmo correndo imensos riscos:

Buscando a experiência de participação nos movimentos revolucionários existentes, e depois nos chamados ‘novos movimentos sociais’ (...) ou, ainda, percorrendo linhas de fuga que conduziam a regiões subjetivas e geográficas desconhecidas, sob o impacto da contracultura, essas inquietas mulheres arriscaram-se destemidamente, abrindo mão de destinos traçados de antemão e de modelos identitários socialmente aprovados. (Rago, 2013, p.61)

A partir dessa afirmação constatamos a participação feminina nos movimentos organizados contra a ditadura. Muitas mulheres tiveram uma atuação ativa e de destaque nos grupos políticos de esquerda, na luta contra o regime.

Lembremos (mais uma vez) que estas mulheres militantes agiam politicamente numa época de dominação masculina estabelecido pela sociedade patriarcal, a qual produziu uma hierarquização do sexo masculino em detrimento ao sexo feminino. Sendo as mulheres vistas como seres naturalmente caracterizadas por sentimentos de emoção e amor estas deveriam ser passivas, obedientes ao seu companheiro, relegadas a esfera privada: o ambiente doméstico, cuidando do lar e dos filhos. Por sua vez, os homens enquanto seres detentores da razão são destinados a esfera pública, ao “comando da situação”. Por tanto, na perspectiva do pensamento machista desta época de um modo geral, elas estavam saindo do padrão dito natural. Para o sistema repressivo as transgressoras destas normas tornam-se homens, traindo a natureza como nos afirma Colling(2004) em seu artigo “As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil”.

Ao analisarmos obras destinadas ao conhecimento histórico da época de militâncias contra Ditadura que enfoca o saber sobre as militantes percebemos o perfil dessas jovens que se engajaram na causa em prol de um país democrático. Em sua maioria eram estudantes e universitárias ligadas a movimentos estudantis, outras ligadas a partidos políticos de esquerda, e integrantes de organizações, a exemplo da Ação Popular e do PC do B (Partido Comunista do Brasil), porém todas tinham como pensamento comum a luta pela democracia, pela liberdade. Percebemos também que algumas delas possuíam o ideal comum enraizado no ceio familiar.

As mulheres de ativa militância política e de destaque Maria Amélia de Almeida Teles - a “Amelinha” - e Criméia Alice Schimidt de Almeida, ou simplesmente Criméia, são um exemplo. Ambas, irmãs, filhas de Jofre de Almeida um ativo militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), partido de esquerda nasceram em meio aos ideais comunistas.

“Amelinha”, afirma isso em uma entrevista concedida a Margareth Rago e divulgada no livro “A Aventura de Contar-se” produzido por Rago:

Meu pai ferroviário era do partido comunista, sindicalista, por tanto, eu nasci no movimento (...). Com 15 anos comecei a militar, lá em Minas mesmo. Mas eu falo que sempre fui militante. (...). Meu pai fazia as reuniões com os comunistas lá e punha a gente (**ela e sua irmã, Criméia**) sentada na porta para vigiar, porque, se viesse polícia, agente avisava e eles desciam lá do outro lado da rua. (...)  
(Amelinha entrevista a Rago, 2013)

Estas duas militantes são, como comentei anteriormente, exemplos de mulheres militantes que possuíam o ideal comum, o desejo de mudança, de luta, de liberdade democrática para uma sociedade oprimida. Ideal este oriundo do âmbito familiar, estimulado pela imagem paterna.

Outras mulheres adquiriram esse sentimento ao conhecer os ideais do movimento comunista, ao fazer parte do meio estudantil e acadêmico, onde a maioria dos estudantes comungavam dos ideais comunistas e participavam dos movimentos de protesto contra os partidos de direita.

Nilce Azevedo é um exemplo delas. O desejo de mudar o mundo, como nos fala Susel Oliveira da Rosa em seu livro “Mulheres; ditaduras e memórias, (2013) e o incomodo com a arbitrariedade como a própria Nilce revela em sua entrevista concedida a Rosa (2013), fez com que ela se engaja-se na luta para derrubar a ditadura. Porém esta vontade avassaladora de lutar contra a arbitrariedade fez-se incontrolável e irreduzível quando Nilce entrou na universidade, em pleno ano do golpe militar. Foi militante nos grupos: JUC (Juventude Universitária Católica) e AP (Ação Popular), onde passou por uma “verdadeira formação para a militância”, (Rosa, 2013, p. 32) e aprendeu a ser invisível, ou seja, aprendeu a entrar e sair sem ser notada.

Os nomes de Amélia, Criméia e Nilce Azevedo são apenas três exemplos citados dentre várias corajosas mulheres militantes. Responder exatamente qual a razão, sentimento, motivação de todas as militantes participarem dos movimentos contra regime é impossível, cada uma delas tem sua história, sua verdade. Contudo acredito que um conjunto de fatores levaram essas mulheres guerrilheiras/revolucionárias a se inserirem no universo público: os

ideais feministas de libertação, de democracia, e suas influencias familiares, haja vista que algumas destas tinham no histórico familiar, guerrilheiros.

### **A discriminação presente em ambos os lados**

“As idéias permaneciam conservadoras.” (Amélia Teles, apud Rosa, 2013)

Mesmo com suas ativas participações na luta política, as mulheres militantes carregavam consigo o signo do preconceito existente para com elas por parte não somente dos militares, como também de seus companheiros e por parte da sociedade educada há décadas numa concepção patriarcal como foi dito posteriormente.

Nilce Azevedo ao preparar-se para ser uma efetiva militante isolou-se e passou a ler diariamente o romance “Subterrâneos da liberdade”, publicado em 1954, tendo como autor Jorge Amado. O romance era um modelo de militância e revolução, o qual deveria ser lido para uma aprendizagem “ ‘intelectual da revolução’ ” (Rosa, 2013, p. 32)

Segundo Rosa o livro nos revela a história de Mariana uma militante corajosa e destemida. Não possui um cargo de direção no partido comunista, contudo possui a responsabilidade de organizar encontros entre os líderes políticos, levar informações, recados, organizar reuniões, como também a função de chegar mais cedo nos locais de reunião para organizá-lo e preparar o café. Em um determinado momento da trama apaixonou-se por João, um dos dirigentes do partido, e logo preocupa-se em cuidar da sua comida e da sua roupa. Vemos que Mariana remonta o papel da mulher perfeita, na perspectiva do modelo padrão destinado as mulheres:

Cozinhar, lavar, passar, ser obediente, esperar o marido ou ainda costurar sua roupa, pensava Mariana olhando para “João” enquanto ele dormia, recuperando-se de uma viagem na qual executara uma tarefa política (...) (2013, P.34)

Tendo em vista que o primeiro passo para sua formação militante, tanto para Nilce quando para as outras mulheres, além dos homens que certamente liam o mesmo

romance pergunto-me, a intenção dos militantes ao indicarem a leitura deste livro era de formar uma militante guerrilheira ou companheira para pequenos trabalhos?

Claramente observa-se o conservadorismo predominando nas entrelinhas. No romance podemos ver o reflexo de uma postura ainda dominante na esquerda reproduzindo o formato binário do ser humano trazendo-o bem definidos: a mulher cuidando do lar e dos filhos e o homem agindo politicamente como nos afirma Rosa:

As mulheres que participaram da luta política no Brasil, especialmente da resistência armada à ditadura militar, ‘ puderam sentir as discriminações por parte de seus próprios companheiros, tanto pela superprotenção, quanto pela subestimação de sua capacidade intelectual. (2013, p. 34)

Com esta citação percebemos que mesmo aceitando as mulheres nas organizações de esquerda, os militantes do sexo masculino possuíam a mentalidade conservadorista de comportamentos construídos pelos modelos tradicionais ditos para homens e mulheres. Ou acreditavam na incapacidade intelectual das mulheres, que elas deveriam estar no meio das organizações com a única função de auxiliadoras e não como mentes pensantes. Logo percebemos que a questão do domínio masculino em relação a mulher perpassa a questão social e política, uma vez que mesmo sendo de esquerda e preocupados com o bem comum e com uma sociedade que atendesse aos apelos dos cidadãos, seja ele homem ou mulher, os militantes não tiveram uma percepção de igualdade entre os sexos, eles também se mantinham no comando.

Outra questão a ser levantada era o fato da dessexualização das mulheres militantes. A possibilidade da mulher ser capaz de realizar tarefas ditas masculinas era nula e “ os comandantes esperavam que as guerrilheiras se comportassem como homens, já que o modelo masculino era o ideal para guerra” (Rosa, 2013, p. 43). Dessa forma muitas mulheres buscaram a dessexualização de seu corpo: cortaram os cabelos, geralmente no estilo a “*La homem*”, mudaram as roupas (menos femininas), abandonaram as pinturas faciais. Tudo isso para equiparar-se ao masculino. De forma que fossem vista como verdadeiras militantes e não simplesmente como mulheres militantes e passassem a serem tratadas com igualdade. Os



militantes de esquerda mantinham o conservadorismo dominante sobre as mulheres e segundo Colling isto tinha uma razão de ser, uma vez que “os militantes de esquerda reproduziam o discurso dominante, pois o fato de a mulher ocupar a cena política a transformava numa ameaça à ordem familiar” (Colling, apud Rosa, 2013, p.47)

O pensamento machista dos companheiros de esquerda não era tão diferente da visão misógina que os militares e torturadores tinham das mulheres militantes. Rago nos informa que eles (os militares):

“não acreditavam que as mulheres pudessem ser guerrilheiras, pois seriam incapazes de iniciativas, idéias e ações ousadas. Entendiam que as militantes pudessem ser companheiras, amantes ou filhas, girando sempre em torno do eixo masculino, obedecendo incondicionalmente as ordens dos superiores ou líderes. (2013, p. 83)

Além da luta contra um regime de opressão, contra a visão machista de seus algozes, estas mulheres tiveram que impor-se também diante da postura tradicional, conservadora e misógina reproduzida pela própria esquerda em que atuavam.

### **Mulheres: a tortura e a “vida que se pode deixar morrer”**

As mulheres militantes presas sofreram atrocidades terríveis, por parte do sistema repressivo. Vemos que a tortura nas mulheres assumiu uma forma variante ao ser aplicada; a tortura de gênero. Segundo Colling: “para a ditadura, as mulheres encarnavam um papel duplamente transgressor: transgrediam enquanto agentes políticos ao se insurgirem contra ditadura e também transgrediam ao romper com os padrões de gênero.” (apud Rosa, p. 43), Os torturadores viam-nas como desviantes, ao renegarem a sua natureza ousando ocupar o espaço na luta política.

As torturas baseadas numa punição de humilhação tinham o objetivo de degradá-las, através da violação, mutilação, insultos e ameaças sexuais. Ao serem detidas, num primeiro momento de degradação e humilhação com a intenção de “atingir as militantes em sua dimensão de gênero” como nos fala Rago (p-82), tinham as roupas retiradas, rasgadas na

frente de todos presentes; militares ou companheiros de luta, tendo o corpo exposto, nu a vista dos olhares masculinos.

“Você despida, mas não é só a roupa, eles vão tirando tua pele, vão falando coisas horríveis...é como se nada sobrasse”.  
(Nilce Azevedo, apud Rosa in “Entre o silêncio e as palavras: trajetos possíveis quando a realidade passa dos limites”.)

Num segundo momento procede-se as torturas físicas e sexuais: socos, pontapés, choques elétricos na vagina, nos mamilos, estupro. “Por serem do sexo masculino, os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas tares.” ( Brasil Nunca Mais, p-46)

Há muitos relatos de estupros cometidos, grande maioria das mulheres passaram por esse tipo de violação embora muitas preferiram o silêncio. Tania Swain nos confirma que: “Esse tipo de violência é especificadamente dirigida contra corpos e integridade física e mental das mulheres, por que são mulheres, pois, se não são propriedades de um homem, pertencem, no sistema patriarcal, a todos eles.” (Swain, apud Rosa). Nenhuma mulher pressa escapava dessas atrocidades.

O poder de punição; castigar, torturar, matar, estuprar realizado pelos militares era facilitado por um estado de exceção que lhes dava o aval para utilizar esses meios desumanos para controlar a população.

O Estado passou a disciplinar e controlar a população seguindo padrões normalizadores, buscando corpos dóceis, moldados ao que se desejava. Dessa forma o Estado passou a gerir a vida humana tendo o poder de fazer viver e deixar morrer. Chamamos esta forma de gerir a vida humana de ”biopolítica”.

Nesse conceito de “biopolítica” denominado por Foucault, Rosa apóia-se e nos afirma que:

Dentro do ordenamento biopolítico do estado de exceção em que policia e política aparecem entrelaçados, as vidas tornam-se descartáveis. São vidas que se podem ‘deixar morrer’ num país onde a policia exerce cotidianamente o direito soberano de decidir a vida e a morte da vida nua (...). (jornal da Unicamp, 2007, p.11)

O entrelaçamento da política a polícia em prol da repressão da massa resultou no poder de punição exacerbado durante a ditadura civil-militar; castigos, torturas, assassinatos, estupros realizados pelos Torturadores. Tudo facilitado por um estado de exceção que lhes dava o aval para utilizar esses meios desumanos para controlar a população.

Os militares detinham o poder de “fazer viver e deixar morrer”, e os revoltosos deveriam ser punidos, castigados para a defesa da sociedade. Com esse pretexto inúmeras perversidades foram cometidas a todos os militantes. Sendo estas perversidades aumentadas em relação ao genero feminino, não apenas por ser mulher, mas por serem mulheres, militantes e idealistas. Os torturadores acreditavam que as mulheres eram incapazes de pensamentos idealista/militantes e se estavam lutando era por serem amantes de algum líder de grupos de esquerda ou lésbicas.

Ao lermos depoimentos de sobreviventes, elas nos deixam claro o desprezo e o prazer que seus algozes tinham em torturá-las, revelando o sentimento misógeno existente. Muitas literaturas a respeito nos trazem relatos das agressões vividas pelas mulheres presas que ao passar do tempo resolveram contar o que passaram nas celas e porões do DOI/CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna). A exemplo do livro Brasil Nunca Mais que nos traz depoimentos riquíssimos:

(...) A qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. ‘Marcio’ invadia minha cela para ‘examinar’ meu ânus e verificar se ‘camarão’ havia praticado sodomia comigo. Este mesmo ‘Marcio’ obrigou-me a segurar seu pênis, enquanto se contorcía obscenamente. Durante este período fui estuprada duas vezes por ‘Camarão’ e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvido gracejos e obscenidades, os mais grosseiros.(...)

Esse depoimento que nos agride em apenas lê-lo é da bancária Inês Etienne Romeu de 29 anos. Além dela muitas outras depuseram. Como no caso de Maria do Socorro Diógenes, de 29 anos. Ela denuncia:

(...) que, de outra feita, a interrogada, juntamente com o acusado neste processo por nome Pedro, receberam aplicações de choques, procedidos pelo policiais, obrigando a interrogada a tocar os órgãos genitais de Pedro para que, dessa forma, recebesse a descarga elétrica; (...)

Outro exemplo a ser citado, retirado do mesmo livro, é o da estudante de medicina Maria de Fátima Martins Pereira, 23 anos. Ela contou:

(...) que, um dia, irromperam na ‘geladeira’, ela supõe que cinco homens, que a obrigaram a deitar-se, cada um deles a segurando de braços e pernas abertas; que, enquanto isso, um outro tentava introduzir um objeto de madeira em seu órgão genital;(...)

Infinidades de depoimentos existem. De imediato é impossível não sentir o sentimento de asco e de repúdio em apenas lê-lo. Mas muitas mulheres corajosas e destemidas, que mesmo tendo o saber dos riscos, lutaram contra um sistema opressor burlando o dispositivo biopolítico de controle da massa, contra um estado que investe fortemente no controle da vida do indivíduo, de seus gestos, .condutas e crenças.

Talvez seja praticamente impossível tentar ao menos imaginar o trauma que essas mulheres vivenciaram. Porém costumo dizer que para se alcançar o bem comum de uma sociedade alguém tem que sacrificar-se. “A duras penas” estas mulheres conseguiram um novo olhar para as mulheres brasileiras. A sua interferência e atuação na esfera pública, no Brasil fez com que se ampliassem seus espaços de atuação e representação. As mulheres passaram a participar de todos os campos da vida social e política, construindo dessa forma sua própria história.

## CONCLUSÃO

Diante de uma sociedade patriarcal, as mulheres sempre vão ocupar um lugar inferior em relação aos homens. Para aquelas que se atreveram a sair desse espaço pré-estabelecido por discursos machistas, libertando-se dessa camisa de força tecida por instituições de poder (família, igreja, Estado), as consequências dessa ousadia viriam no imediato. No caso da ditadura civil-militar, essas mulheres militantes que se dispuseram a lutar contra o regime autoritário vigente, pagaram muitas vezes com a própria vida o preço dessa “afronta”. Afinal, elas transgrediam não só a ordem ditatorial, mas todas as normas de condutas impostas ao corpo feminino.

Vale ressaltar, que embora essas militantes estivessem inseridas em um movimento de esquerda, e que esse por sua vez tinha como objetivo combater a opressão presente no governo autoritário – não podemos esquecer que tais homens de esquerda eram fruto de uma sociedade machista, portanto o preconceito estava inserido na sua mentalidade. Preconceito que acabou refletindo na maneira como eles tratavam as mulheres militantes – Suas companheiras de luta. Que apesar de companheiras, só se igualavam a eles, no momento que se despiam de sua feminilidade para adotar uma postura masculina.

Percebe-se então que, ser mulher e militante era ser alvo de inúmeras atitudes preconceituosas, tanto por parte dos militares quanto pelos seus companheiros de luta. E essa situação se agravava ainda mais quando essas mulheres eram presas pelos militares, pois tinham seus corpos violados, torturados da forma mais cruel possível. Portanto, trazer à tona as histórias dessas mulheres por meio de suas memórias – é trazer uma parte da história do Brasil ditatorial que foi pouco abordado pela historiografia com relação ao papel desempenhado pelas mulheres na resistência contra o governo militar, como também mostra que suas atuações nos movimentos revolucionários contra a ditadura ressignificou progressivamente a forma de se pensar o feminino; criou-se novos modos de agir, existir, ampliaram-se os espaços de ação e representação. Como diz Rago: “o feminino foi criado social, cultural e historicamente pelas próprias mulheres.” (Rago, 2013, p. 25)

Portanto ao escrever sobre a história dessas mulheres, utilizando de análises de alguns autores (Rosa, Rago, Colling), a minha pretensão foi contribuir para que a história dessas militantes não continue ausente na historiografia brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres, ditadura e militância: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”, São Paulo-SP, Editora Intermeios, 2013.

ROSA, Susel Oliveira da. A biopolítica e a vida que se pode “deixar morrer”. *Jornal da Unicamp*, Universidade Estadual de Campinas, p. 11, 2007, set.

RAGO, Luzia Margareth. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade, Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2013.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Brasil: Nunca Mais, Petrópolis-RJ, Editora Vozes Ltda, 1985

COLLING, Ana Maria. As Mulheres e a ditadura Militar no Brasil, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra-Portugal, 2004 - [www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt), acessado em 15 de julho de 2014 às 19:33h

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio; Estudos Históricos, Rio de Janeiro-RJ, 1989

